

## **POLÍTICA DE USO RESPONSÁVEL DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – v001\_03\_2025**

### **1. Introdução**

#### **1.1 Objetivo**

Esta política estabelece diretrizes gerais para o uso responsável de tecnologias de Inteligência Artificial (“IA”) no Valeska Lourenção Advocacia (“Escritório”).

O objetivo desta Política é viabilizar o uso ético da IA como forma de otimizar a prestação de serviços jurídicos, sempre alinhado a princípios de responsabilidade, transparência, justiça e privacidade.

#### **1.2 Abrangência**

Esta política se aplica a todos os colaboradores, advogados, estagiários, consultores e parceiros do Escritório (“Usuários”) que utilizam, desenvolvem, implementam ou supervisionam o uso de IA em suas atividades profissionais. Isso inclui, mas não se limita a, o uso de IA para pesquisa jurídica, análise de documentos, automação de tarefas, mapeamento de cenários, entre outras aplicações.

#### **1.3 Alinhamento com Valores**

O uso de IA dentro do ambiente profissional deve estar sempre alinhado com os seguintes valores institucionais do Escritório:

- Excelência;
- Integridade;
- Inovação;

- Responsabilidade social; e
- Compromisso com a justiça.

A IA é uma ferramenta destinada exclusivamente a auxiliar e aprimorar o trabalho dos Usuários. O uso de IA não deve, em nenhuma hipótese, substituir o julgamento jurídico e ético do Usuário.

É dever do Usuário reconhecer os desafios éticos e sociais presentes no uso de IA e, conseqüentemente, comprometer-se a abordar esses desafios de forma proativa e responsável.

## **2. Diretrizes Fundamentais do Uso de IA**

### **2.1 Privacidade e Proteção de Dados**

É dever do Usuário, durante o uso de IA, observar todas as regras, deveres e limitações impostos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e pelas regulamentações da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), quando aplicáveis.

### **2.2 Confidencialidade e Sigilo Profissional**

É dever do Usuário, durante o uso de IA, observar todas as regras, deveres e limitações impostas pelo Estatuto da Advocacia, o Código de Ética e Disciplina da OAB e outras normas aplicáveis sobre sigilo profissional.

### **2.3 Transparência**

É dever do Usuário, durante o uso de IA, observar a transparência e a clareza na comunicação aos Clientes sobre o uso de IA na prestação dos serviços,



inclusive esclarecendo seus benefícios, limitações e riscos associados, quando questionado.

Também é dever do Usuário dar transparência ao Cliente sobre seu direito de solicitar que a prestação de serviços ocorra sem a assistência de IA.

## **2.4 Ética e Responsabilidade**

É dever do Usuário supervisionar todos os processos críticos envolvendo IA, especialmente aqueles que podem afetar significativamente os direitos e interesses dos Clientes.

Este dever do Usuário deve observar as seguintes orientações gerais:

- Atuar com imparcialidade durante o uso de IA;
- Adotar medidas para prevenir vieses algorítmicos;
- Ter clareza quanto à sua responsabilidade pessoal e imediata sobre as decisões alcançadas, ainda que assistidas por IA;
- Garantir que a IA seja utilizada como uma ferramenta de apoio e não como um substituto da análise e do julgamento humanos; e
- Manter um registro das decisões tomadas com auxílio da IA para garantir a possibilidade de revisão humana por outro profissional, se solicitado.

## **3. Diretrizes Operacionais**

### **3.1 Usos Aprovados de IA**

As atividades a seguir elencadas estão formalmente autorizadas a contar com assistência de IA:





- Pesquisa jurídica e análise comparativa de jurisprudência;
- Revisão e análise de documentos não confidenciais e/ou de domínio público;
- Automação de tarefas administrativas rotineiras com anonimização de dados pessoais;
- Mapeamento de cenários com supervisão humana;
- Geração de documentos com anonimização de dados pessoais e revisão e aprovação pelo Usuário; e
- Monitoramento de prazos processuais e alertas automáticos.

Este rol é exemplificativo, sendo permitido o uso de IA para outras atividades não previstas neste subcapítulo, desde que previamente autorizadas pela liderança do Escritório.

### **3.2 Avaliação de Riscos**

Sem prejuízo da autorização formal do uso de IA para as atividades descritas no subcapítulo anterior, é imprescindível que o Usuário sempre proceda com a avaliação de riscos e os potenciais impactos sobre a privacidade, a igualdade e a justiça.

Se o Usuário identificar que o risco e/ou o potencial impacto é/são elevado(s), torna-se proibido o uso de IA.

### **3.3 Treinamento e Capacitação**

O Escritório providenciará treinamento contínuo sobre o uso ético e eficiente de IA para todos os Usuários. Para tanto, o Escritório poderá se valer das seguintes ferramentas de capacitação:



- *Workshops* sobre ética em IA e proteção de dados, com foco em cenários práticos e estudos de caso;
- Programa de certificação interna em IA, para garantir que os profissionais possuam as habilidades e conhecimentos necessários para utilização responsável de IA;
- Incentivo à participação em cursos e eventos externos sobre IA e Direito como forma de manter os Usuários atualizados sobre as últimas tendências e melhores práticas; e
- Incentivo à participação na governança interna do Escritório para atualização desta Política, sempre que necessário.

### 3.4 Supervisão Humana

Todo Usuário que utilizar IA no Escritório deverá supervisionar a *performance* da IA.

Conforme a atividade desenvolvida com assistência de IA, a supervisão humana poderá consistir em uma ou mais das seguintes medidas:

- Confirmação de fontes bibliográficas: sempre que o uso de IA envolver uma atividade intelectual não automatizada, como uma pesquisa jurídica ou uma análise documental, é dever do Usuário confirmar a procedência da afirmação e/ou da conclusão da IA para evitar incorrer em erros em decorrência de alucinações ou vieses da IA;
- Anonimização de dados pessoais: sempre que o uso de IA envolver uma atividade intelectual não automatizada vinculada a fatos e/ou dados concretos, como um mapeamento de cenários ou a elaboração de um documento, é dever do Usuário anonimizar dados pessoais de



qualquer pessoa física de modo a garantir que ela não possa ser identificada;

- Anonimização de informações sigilosas: sempre que o uso de IA envolver uma atividade intelectual não automatizada vinculada a fatos e/ou dados concretos, como um mapeamento de cenários ou a elaboração de um documento, é dever do Usuário anonimizar qualquer dado ou informação que possa identificar o Cliente, ainda que pessoa jurídica, ou o assunto patrocinado pelo Escritório;
- Revisão de textos: sempre que o uso de IA envolver uma atividade intelectual não automatizada vinculada a gerar textos, o usuário deve revisar o texto de forma estratégica para agregar valor intelectual ao assunto, especialmente em razão do impacto da anonimização de dados e informações no resultado gerado pela IA;
- Questionamento das conclusões alcançadas pela IA: sempre que o uso de IA envolver uma atividade intelectual não automatizada, é importante que o Usuário questione as conclusões para mitigar o risco de viés interpretativo e de alucinação pela IA.

O rol de medidas acima não é exaustivo e o Usuário deve adotar quaisquer outras medidas que julgar pertinentes para garantir o uso responsável de IA.

#### 4. Proibições e Limitações

As atividades a seguir elencadas estão formalmente vedadas e não poderão contar com a assistência de IA:

- *Upload* de arquivos confidenciais e/ou sob segredo de justiça para análise e/ou revisão da IA;



- Tomada de decisão pautada exclusivamente em assistência de IA, especialmente em casos de alta complexidade;
- Inserção de dados pessoais e/ou informações confidenciais do Cliente no *prompt*;
- Uso de dados de Clientes para treinar sistemas de IA;

## 5. Governança e Conformidade

### 5.1 Atualização e Revisão da Política

Esta Política será revisada e atualizada anualmente. Este prazo poderá ser revisto e a Política alterada antes de decorrido o prazo de 12 (doze) meses nas seguintes hipóteses:

- Mudanças na legislação vigente;
- Mudanças na tecnologia;
- Mudança nas melhores práticas do setor.

Quando não ocorrer de forma automática, a revisão e atualização desta Política poderá ser fundamentadamente provocada por qualquer Usuário mediante requerimento formal ao Escritório.

### 5.2 *Feedback* e Melhoria Contínua

Como forma de assegurar a manutenção da transparência com todos os *stakeholders*, o Escritório providenciará a criação de canais para receber *feedback* sobre o uso de IA.



## 6. Disposições Finais

### 6.1 Compromisso com a Excelência

O Escritório se compromete a utilizar a IA de forma responsável e ética, sempre priorizando os interesses de nossos Clientes, a integridade de nossa atuação e o bem-estar da sociedade.

### 6.2 Vigência

Esta política entra em vigor a partir de 17 de março de 2025 e sua observância é obrigatória para todos os Usuários. O descumprimento desta política poderá acarretar sanções disciplinares, conforme previsto no Código de Ética e Conduta.

